

RECURSO ESPECIAL Nº 1.726.188 - MG (2018/0041352-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **ANTÔNIO VELLOSO NETO**
ADVOGADOS : **SIMONE DE LIMA SANTIAGO - MG071641**
LEOPOLDO SOUZA LIMA MATTOS DE PAIVA E OUTRO(S) -
MG044800
RECORRIDO : **MINAS DIESEL S/A - MASSA FALIDA**
ADVOGADO : **MARIO ALVES RIBEIRO E OUTRO(S) - MG007666**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. FALÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA DETERMINAR O REGULAR PROCESSAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Antônio Velloso Neto, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 249):

AGRAVO INTERNO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO MONOCRÁTICA – NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO – DECISÃO NÃO PASSÍVEL DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AUSÊNCIA DE FATO CABAL PARA MODIFICAR A DECISÃO – RECURSO NÃO PROVIDO

- O Agravante se prestou a apresentar os mesmos argumentos aduzidos em sede de Agravo Instrumento, sendo todos devidamente apreciados e na decisão vergastada.

- No caso em tela, não há elementos cabais para dar ensejo à modificação da decisão vergastada, razão pela qual o não provimento do recurso é medida que se impõe.

Nas razões do apelo especial, o recorrente alega, além da existência de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 282, § 2º, e 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 e 17 da Lei n. 11.101/2005.

Sustenta, em síntese, que o art. 17 da Lei n. 11.101/2005, lei especial que

prevalece sobre a lei geral, expressamente prevê que o agravo de instrumento é o recurso cabível para impugnar decisão que julga incidente de habilitação e/ou impugnação de crédito, além de o art. 1.015 do CPC/2015 admitir a interposição do agravo em outros casos previstos em lei.

Requer o conhecimento e provimento do recurso para regular processamento do agravo de instrumento, bem como para análise do seu mérito, em decorrência da aplicação da exceção legal prevista no art. 282, § 2º, do CPC/2015.

Contrarrazões à fl. 372 (e-STJ), em que a massa falida de Minas Diesel S.A. concorda com a pretensão recursal.

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 376-377, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Em parecer, o Ministério Público opinou pelo provimento do recurso especial para exame do agravo de instrumento.

Brevemente relatado, decido.

No caso, o Tribunal de Justiça não conheceu do agravo de instrumento, por considerar taxativas as hipóteses de cabimento estatuídas pelo vigente Código de Processo Civil, do que decorreria a inadequação do recurso.

O entendimento firmado pelo Colegiado estadual, contudo, encontra-se em dissonância ao desta Corte no tocante ao cabimento da interposição de agravo de instrumento contra decisão proferida após a sentença de habilitação de crédito, para a qual a lei não prevê recurso específico.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESARIAL. LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA. SISTEMA RECURSAL PRÓPRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO SUPLETIVA. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a definir se é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão proferida após a sentença de habilitação de crédito, para a qual a LREF não prevê recurso

específico.

3. A Lei nº 11.101/2005 tem normas de direito material e processual, instituindo um regime recursal próprio. Esse regramento não é exaustivo, prevendo a lei a aplicação supletiva do Código de Processo Civil quando for cabível.

4. Nas hipóteses em que a lei especial apontar o recurso próprio, esse é o que deve ser utilizado, somente se cogitando da incidência das normas adjetivas se não houver previsão expressa do remédio aplicável.

5. As questões interlocutórias proferidas durante o processamento da recuperação judicial e da falência (e que não se enquadram nos incisos do artigo 1.015 do CPC/2015) não terão oportunidade de revisão em eventual apelação, como prevê o art. 1.009, § 1º, do CPC/2015.

6. Na forma como a Lei de Recuperação de Empresas e Falência está estruturada, é necessário que as decisões interlocutórias sejam decididas desde logo. A recuperação judicial não é um processo em que há uma sucessão ordenada de atos que termina na sentença. A recuperação judicial busca coordenar o interesse dos credores e do devedor, a partir da realização de diversos atos paralelos, que ao final serão alinhados para possibilitar a votação do plano e sua eventual aprovação ou a decretação da quebra. As questões surgidas nas fases postulatória e deliberativa não podem aguardar a sentença de encerramento.

7. O legislador elencou outras situações em que, como no caso da recuperação judicial e falência, não será possível a revisão de questões interlocutórias em futura apelação, admitindo sua impugnação por agravo de instrumento, norma que deve ser aplicada por interpretação extensiva aos processos de recuperação e falência.

8. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1786524/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 29/04/2019)

No que tange à análise da questão relativa à habilitação do crédito, nos moldes do art. 282, § 2º, do CPC/2015, conclui-se pela sua inviabilidade, sob pena de indevida supressão de instância.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial apenas para o regular processamento do agravo de instrumento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator